

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar

Período de Análise: 01/01/2016 a 31/01/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

Assistência técnica muda panorama e impulsiona produção. Site do MDS, 20/01/2016.....	3
Publicada nova resolução Pronaf. Site do MDA, 6/01/2016.....	4
Garantia para produzir. Adolfo Brito. Site do MDA, 8/01/2016.....	4
Descontos em financiamentos de 11 produtos em janeiro. Site do MDA, 11/01/2016.....	7
Assistência técnica muda vida de trabalhador rural do DF. Gabriella Bontempo. Site do MDA, 12/01/2016.....	8
PAC 2 melhora rotina de agricultores paraenses. Jalila Arabi. Site do MDA, 13/01/2016.....	10
Medida amplia prazo para agricultores serem inscritos na dívida ativa da União. Flávia Dias. Site do MDA, 14/01/2016.....	11
Agricultores inscritos no PGPAF terão descontos no financiamento de 11 culturas. CNA. 14/01/2016.....	12
Cai o ritmo da demanda por crédito na atual safra. Cristiano Zaia - Valor Econômico, Agronegócios. 15/01/2016.....	14
Inclusão socioprodutiva fortalece o campo. Tássia Navarro. 15/01/2016.....	15
Pelo fortalecimento da juventude rural. Flávia Dias. Site do MDA, 18/01/2016.....	17
Mais 80 mil agricultores têm direito ao Garantia-Safra. Site do MDA,18/01/2016.19	
Fique atento ao novo prazo para a formalização das renegociações do Crédito Fundiário. Lívia Barreto – Site da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura. 21/01/2016.....	20
CNA debate propostas para questão de endividamento dos produtores da região da SUDENE. CNA. 28/01/2016.....	21
Presidente da CNA defende Planos Agrícolas Plurianuais para dar mais segurança ao produtor. CNA. 29/01/2016.....	22
CONTAG e Federações nordestinas participam de encontro sobre o SICAR. Lívia Barreto - Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. 29/01/2016.....	23
Presidente da CONTAG defende mais investimentos na Agricultura Familiar em reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Lívia Barreto – Site da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura. 29/01/2016.....	24

Assistência técnica muda panorama e impulsiona produção. Site do MDS, 20/01/2016.

Da propriedade de Oliven Lima Peres, localizada em Planaltina (DF), todo mês, saem cerca de mil caixas de pimentão para abastecer escolas e hospitais do Distrito Federal. Por meio dos programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e da Alimentação Escolar (Pnae), o produtor, que é referência na região, comercializa 90% de sua produção. Mas nem sempre foi assim.

Segundo o produtor, o sucesso não seria tão grande sem o apoio da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). “Costumo dizer que sem a assistência técnica, nossa produção não funcionaria tão bem. Nós nos falamos todos os dias, para saber sobre a produtividade da terra, controle de praga e quais alimentos devo plantar para alternar a produção durante o ano. Ou eles vêm aqui ou eu vou lá”, conta Oliven.

Há 20 anos em Planaltina (DF), Oliven começou a receber auxílio do programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em 2015, quando tudo mudou. Além do rodízio de produção, foi por meio da Emater/DF que o agricultor familiar conheceu o Programa Mais Alimentos. A tecnologia impulsionou a produção de Oliven.

“Aumentamos a produtividade em 50%, bem como a qualidade do produto. E foi a Emater que me indicou o produto e até insistiu para eu acessar o crédito. Depois disso, as portas se abriram para mim”, afirma o produtor, que pretende acessar novamente o programa para adquirir um trator de menor porte.

O extensionista que mais assiste Oliven é o agrônomo Revan Geraldo Soares. Ele passa todos os dias nas casas da região. Na propriedade de Oliven, o agente de Ater ajuda na alternância da produção. “Em época de chuva, a gente dá prioridade para pimentão. Já na época de seca, ele entra com outra cultura, que pode ser o milho e o repolho, que é pra fazer a rotação e não ter doenças da mesma família, que vão prejudicar não só a produção como também a terra”, afirma.

Intercâmbio de experiências

Revan conta que não é só ele que ajuda o Oliven. O intercâmbio, a troca de experiências, é fundamental, segundo o agrônomo. “Como ele vai muito para feiras, faz muito cursos, ele me ensina muito, também. Mas tem produtor que você vai, oferece, mas eles não aceitam”, salienta.

Olivan concorda e critica os produtores que não aceitam a assistência técnica. “Um dos maiores erros do produtor é não aprender todo dia. Toda vez que ele vem aqui, eu aprendo com ele e ele comigo. É uma troca de experiências que faz todo mundo crescer”, observa ao realçar que o erro do produtor é achar que não precisa de auxílio técnico.

Publicada nova resolução Pronaf. Site do MDA, 6/01/2016.

Nova **resolução** do Banco Central do Brasil ajusta as normas a serem aplicadas às operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A medida permite que cooperativas de produção agropecuária da agricultura familiar possam contratar operações de financiamento para a ampliação do capital social - cotas-partes. Na redação anterior do Manual de Crédito Rural (MCR 10-12), operações de cotas-partes somente podiam ser contratadas por cooperados.

“A alteração trará maior agilidade, uma vez que torna o processo de contratação menos burocrático. As cooperativas da agricultura familiar poderão contratar operações de financiamento para a ampliação do capital social, com apenas um contrato com o agente financeiro. Os agricultores sócios assinarão notas promissórias de valor igual ao aumento do capital social que irão subscrever. A nota promissória será entregue à cooperativa que poderá utilizá-la como garantia adicional ao financiamento”, explica o diretor de Financiamento e Proteção à Produção da SAF/MDA, João Guadagnin.

A iniciativa é do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em atendimento a demanda de cooperativas da agricultura familiar que, diferentemente das demais organizações econômicas, ainda não recebiam tal tratamento.

Garantia para produzir. Adolfo Brito. Site do MDA, 8/01/2016

O Garantia-Safra é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) inicialmente voltada para agricultores e agricultoras familiares localizados na região Nordeste, na área norte do Estado de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e na área norte do Estado do Espírito Santo — área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), majoritariamente semiárida — que sofrem perda de safra, por motivo de seca ou

excesso de chuvas. Conversamos com coordenadora geral do Garantia Safra, Dione Maria de Freitas, que explica mais sobre o benefício.

Há quanto tempo existe o Garantia-Safra?

O Garantia-Safra existe desde a safra 2002/2003. Portanto, o Garantia-Safra existe há 14 safras, com o objetivo de mitigar os efeitos da seca na renda dos agricultores/as familiares sujeitos, sistematicamente, a esse fenômeno natural, principalmente, no Nordeste e no Semiárido brasileiro.

Quem pode participar do Garantia-Safra?

Agricultores/as familiares que atendam aos seguintes critérios: (a) ter renda bruta familiar mensal de, até, 1 (um) e ½ (meio) salário mínimo; (b) desenvolver culturas tais como arroz, feijão, mandioca, milho, algodão ou outras culturas definidas pelo órgão gestor do Garantia-Safra que facilitem a convivência com o semiárido; e, (c) plantar área entre 0,6 e 5 hectares.

Como funciona da inscrição a adesão?

A cada safra, o MDA solicita aos governadores que manifestem o interesse do Estado em continuar participando do Fundo Garantia-Safra, por meio do preenchimento de Termo de Adesão Estadual que, posteriormente, é publicado no Diário Oficial da União.

Em reunião ordinária do Comitê Gestor do Garantia-Safra, e a partir do orçamento disponível, são aprovadas as cotas (agricultores que podem aderir), por estado.

Os governadores, por sua vez, solicitam aos gestores municipais que manifestem o interesse de participar do Fundo Garantia-Safra, por meio do preenchimento de Termo de Adesão Municipal.

Com a adesão de estados e municípios ao Fundo Garantia-Safra, iniciam as reuniões territoriais/municipais com os parceiros e com o objetivo de explicar as regras do Garantia-Safra e combinar/divulgar os períodos de inscrição – seleção – homologação – geração de boletos - adesão dos/as agricultores/as.

A inscrição é feita para agricultores/as que tenham Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), por intermédio de formulário denominado Inscrição ao Garantia-Safra (IGS). No IGS o agricultor informará o que ele pretende plantar e em que quantidade de área, basicamente. As demais informações estão na DAP.

A seleção é feita via Sistema Garantia-Safra que é programado para checar se as inscrições atendem os critérios para participar do Garantia-Safra. Isso é feito logo que termina o período de inscrição para cada estado.

A homologação das inscrições selecionadas é feita pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (ou similar). É o Conselho que nos informa se aquelas pessoas inscritas têm perfil para participar do Garantia-Safra.

O processo de gerar, imprimir e distribuir os boletos para adesão dos agricultores ao Fundo Garantia-Safra, é de responsabilidade de cada Prefeitura Municipal.

De posse dos boletos, os agricultores podem ir a qualquer agência, lotérica ou correspondente bancário para fazerem o aporte ao Fundo Garantia-Safra, ou seja, a adesão, que deverá acontecer antes de iniciar o calendário de plantio para o município.

Para aderir ao Fundo Garantia-Safra, os valores que deverão ser aportados pela União, estados, municípios e agricultores encontram-se no quadro abaixo:

Ano Safra	2015/2016
Valor do GS:	R\$ 850
Contribuições/	
Agricultor(a)	R\$ 17
Município	R\$ 51
Estados	R\$ 102
União (no mínimo)	R\$ 340

Em que consiste e como funcionam os procedimentos de verificação de perda?

Os procedimentos de verificação de perda estão publicizados na Portaria nº 42/2012.

Os indicadores utilizados no cálculo de perda são: (a) dados históricos da Pesquisa da Produção Agrícola Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PAM/IBGE; (b) informações dos laudos amostrais; (c) penalização hídrica com informações edafoclimáticas calculadas pelo Instituto Nacional de Meteorologia – INMET; (d) Pesquisa do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola -

LSPA feito pelo Grupo de Coordenação de Estatística Agropecuária – GCEA/IBGE; e (e) Suplemento do LSPA – Prognóstico da Produção Agrícola – PPA.

Há perda comprovada de produção quando, pelo menos, dois dos indicadores utilizados, (laudos amostrais, modelo do INMET e LSPA/IBGE) indicam perda de, no mínimo, 50% de produção.

Quantos agricultores são hoje são beneficiados pelo programa?

Na safra 2015/2016, foram disponibilizadas 1.350.000 cotas. Até o momento, mais de 786 mil agricultores já estão recebendo o pagamento do Garantia-Safra, valor de R\$ 850 dividido em cinco parcelas de R\$ 170 cada.

Quais os principais desafios do Garantia-Safra?

O Garantia-Safra, ao longo desses anos, tem cumprindo bem sua função de mitigar o efeito da seca na renda dos agricultores do Nordeste e do Semiárido Brasileiro que já tem uma renda muito baixa e são extremamente vulneráveis as condições climáticas típica daquela região.

Os principais desafios não são do Garantia-Safra no cumprimento do seu objetivo. Porém, quando olhamos o perfil do público que participa do Garantia-Safra veremos que é necessário um amplo esforço para garantir acesso à terra e água, principalmente, para diminuir a vulnerabilidade social e econômica dessa população.

Quais são as Expectativas do programa para 2016?

As expectativas residem em continuar fazendo o Garantia-Safra cumprir sua função e continuar avançando na integração de políticas públicas para este público da agricultura familiar.

Descontos em financiamentos de 11 produtos em janeiro. Site do MDA, 11/01/2016.

Agricultores familiares que acessaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) terão desconto no pagamento dos financiamentos nas seguintes culturas: algodão em caroço, babaçu (amêndoa), borracha natural cultivada, cacau (amêndoa), cana de açúcar, laranja, manga, raiz de mandioca, sorgo, trigo e triticale. A lista foi publicada no **Diário Oficial da União** desta segunda-feira (11).

Esses 11 produtos tiveram o valor de mercado abaixo do preço de garantia (definido com base no custo de produção) do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF). A dedução vale para o período de 10 de janeiro a 9 de fevereiro de 2016, com referência nos preços praticados no mercado em dezembro. A laranja, por exemplo, tem desconto de 32,31% na Bahia. O babaçu está com 52,21% em Tocantins, 53,82% no Ceará, 47,39% no Maranhão e 34,94% no Piauí. O PGPAF é bom para o governo, pois contribui para a manutenção da capacidade de pagamento do produtor, e bom para o produtor, que pode planejar os investimentos e o custeio da safra com equivalência em produtos.

O bônus é calculado mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e divulgado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA). A Conab faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF.

Cesta de produtos

Agricultores familiares que têm parcelas de operações de investimento do Pronaf terão desconto correspondente à média dos bônus do feijão, leite, mandioca e milho (cesta de produtos), concedidos mensalmente pelo Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).

Neste mês de janeiro, dois estados terão bônus, com base na cesta de produtos. São eles: Espírito Santo (4,10%) e São Paulo (1,49%).

Assistência técnica muda vida de trabalhador rural do DF. Gabriella Bontempo. Site do MDA, 12/01/2016.

“Hoje a gente tem outro padrão de vida e se não fosse o projeto da assistência técnica nós estaríamos do mesmo jeito que era”. O sentimento expresso pelo produtor de leite Flávio Guimarães, 45 anos, não poderia ser diferente. Nascido no campo, ele aprendeu cedo a preparar a terra para o plantio e a realizar todo “trabalho de roça”. E, assim, cresceu, fazendo de tudo um pouco nas propriedades vizinhas.

Mas, enquanto vendia sua mão de obra, a terra dele e da família, de seis hectares, ficava esquecida. “Para ele a propriedade era quase um dormitório”, lembra a extensionista da Emater/DF, Adriana Lelis, 34 anos, que acompanhou a família na mudança de vida.

Em 2013, os agentes de assistência técnica lançaram para o trabalhador rural um desafio: tornar a terra dele produtiva. “Quando chegou esse projeto muita gente não acreditou, mas eu acreditei. Depois que os técnicos começaram a fazer os piquetes, eu cheguei a pensar que não daria certo, mas eu fui acreditando e deu certo”, conta Flávio.

No início, a produção era tímida. “Começamos com dez vacas, que davam cerca de 40 litros de leite por dia. Hoje chego a tirar 140 litros. Era difícil acreditar que poderíamos produzir tanto, em uma chácara tão pequena”, comenta. A meta é que ao fim de cinco anos de projeto, a produção dobre, passando para 300 litros por dia.

Da propriedade de Flávio, a 16 quilômetros do Núcleo Rural Tabatinga, em Planaltina (DF), o leite é transformado em outros produtos, entre eles o queijo, no Laticínio Góes. “Quando começamos, ele não tinha noção do quanto valia o leite e como negociar o produto dele. Aí, com a assistência técnica, mostramos para ele os custos de produção e o lucro”, explica Adriana.

Outra mudança implantada pela família foi em relação à alimentação dos animais. “Levamos a técnica do pastejo rotacionado – chamado por ele de quadradinho. Assim, garantimos, ao longo do tempo, a recuperação do capim e uma melhor nutrição para o animal”, afirma.

Inovação

O leite não foi apenas o divisor de águas para o produtor rural, ele possibilitou a realização de sonhos. “No início da produção, em 2013, fiz um financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para comprar os animais. Dois anos depois, consegui comprar a minha própria ordenhadeira, com o dinheiro da minha produção”, comemora.

E não para por aí. Um dos quatro filhos do casal está fazendo faculdade. Como o curso é pago? Com a renda do leite. “Agora eu estou apertado. Minha filha terminou agora o ensino médio e já falou que vai querer cursar Veterinária – mais uma ajuda para mim”, pondera.

PAC 2 melhora rotina de agricultores paraenses. Jalila Arabi. Site do MDA, 13/01/2016.

Vinte e quatro horas. Foi esse o tempo que levou para que as máquinas da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), saíssem da capital (Belém) e chegassem, de balsa, até o município de Santa Cruz do Arari, na Ilha de Marajó (PA). Em apenas um dia, os moradores da localidade, composta em quase sua totalidade por extrativistas (90% da população), puderam começar a ver estradas se abrirem e a economia melhorar.

Para se ter ideia, uma ida de Santa Cruz do Arari até a capital do estado do Pará pode demorar, no mínimo, seis horas. “Seis, oito, até 15 horas”, observa o prefeito do município, Marcelo Pamplona. A Ilha de Marajó é composta, basicamente, de estradas vicinais e o acesso a elas, antes das máquinas, era bem complicado, segundo ele.

“Antes, a gente tinha dificuldade em atender os produtores da região. Com a chegada das máquinas, melhorou bastante o atendimento na zona rural e melhorou também outros atendimentos que fazemos para a prefeitura, como saúde e educação”, enumera. Só no Pará, foram entregues mais de 300 equipamentos – retroscavadeiras, motoniveladoras e caminhões-caçamba. Os veículos foram usados para a construção e melhoria de rampas, escavação de tanques e abertura de estradas vicinais.

“Eu só tenho a agradecer. As máquinas trouxeram benefícios para nós, como o acesso até a cidade, que era muito difícil. Tudo melhorou 100%”, elogia o agricultor familiar Carlos André, 34 anos. Ele conta que o forte do município é a criação de aves e peixes, além do cultivo de açaí e grãos. “Agora, temos mais estrutura. As estradas estão limpinhas, temos acesso à cidade a qualquer hora do dia”, comemora.

Carlos André cita mais uma vantagem: a economia está girando. Com a melhoria na infraestrutura do município, agora a venda e a compra de produtos são feitas com maior facilidade. “Com as estradas em condições melhores, a gente consegue que o vendedor ou comprador consiga ir até as nossas casas.”

O também agricultor familiar Antônio Almeida, 52 anos, faz coro ao discurso do colega. “Melhorou muito a zona rural e parte das estradas, que eram muito ruins. Nossa vida mudou para melhor”, salienta.

Números

De acordo com o último Censo Agropecuário (2006), o estado do Pará conta com cerca de 200 mil agricultores familiares. Em 2015, mais de 250 mil famílias da reforma agrária foram assentadas.

Para a safra 2015/2016, o estado recebeu investimento de mais de R\$ 96 milhões, apenas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Medida amplia prazo para agricultores serem inscritos na dívida ativa da União. Flávia Dias. Site do MDA, 14/01/2016.

O prazo para os agricultores familiares inadimplentes com o Crédito Rural serem inscritos na dívida ativa da União, terem suas dívidas prescritas e executadas pelos bancos foi prorrogado por mais um ano pela Medida Provisória 707. Com isso, os débitos poderão ser negociados até o dia 31/12/2016.

A **MP 707** foi editada pelo Governo Federal, no dia 30/12, e alterou a data prevista na Lei 12.844/13, que trata sobre o assunto.

São contemplados pela medida produtores familiares em débito com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) da região abrangida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que contraíram operações de crédito rural até o dia 31/12/2006. A área da Sudene abrange empreendimentos de 1.989 municípios, de 11 estados.

"A medida prorrogou o prazo para inscrição em dívida ativa da União, de prescrição e de execução de dívidas pelos bancos. Até a nova data, 31 de dezembro de 2016, os agricultores poderão regularizar sua situação de inadimplência diretamente com o agente financeiro onde formalizou seu contrato de financiamento", explica o coordenador Geral de Financiamento à Produção, do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), José Henrique Silva.

Na condição de inadimplente, o agricultor não pode acessar recursos federais e ainda corre o risco de perder o seu patrimônio dado como garantia, se houver cobrança judicial. Essas sanções inviabilizam a sua produtividade. Atualmente, a maior parte dos alimentos que vai para a mesa dos brasileiros é oriunda da agricultura familiar.

Repercussão

O coordenador Nacional de Política Agrícolas da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), Celso Ricardo Ludwig, destaca que os agricultores devem aproveitar a prorrogação para colocar os seus débitos em dia. “Atualmente, as condições climáticas estão muito adversas para o campo. Não tem como continuar plantando sem ter o seguro agrícola. Em débito, o agricultor fica de fora de todas políticas públicas do Estado. Agora, o agricultor tem que fazer a sua parte e procurar as instituições financeiras para regularizar a sua situação”, salienta.

Segundo o vice-presidente e secretário de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Willian Clementino, 2015 foi um ano difícil, por isso foi necessário avançar na negociação do prazo das dívidas agrícolas. “A agricultura familiar é fundamental para a produção de alimentos e para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Agora precisamos ampliar o crédito para os assentados, para termos um campo ainda mais justo e sustentável”, ressalta.

Para o coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Francisco Dal Vachion, a medida ajudará os produtores da região do Semiárido, dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e do Nordeste, que há quatro anos sofrem com a seca. “A medida veio num momento muito oportuno para beneficiar a grande maioria dos produtores familiares, que tem dificuldade para saldar as suas dívidas, em função da frustração de safra. Esperamos que a próxima safra seja melhor, para não adiarmos mais a quitação das dívidas”, explica.

Sudene

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste é formada pelos estados do Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo.

Agricultores inscritos no PGPAF terão descontos no financiamento de 11 culturas. CNA. 14/01/2016.

Brasília (14/01/2016) – Produtores rurais de todo o Brasil inscritos no Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) terão desconto no pagamento dos financiamentos da produção de algodão em caroço, babaçu (amêndoa), borracha natural

cultivada, cacau (amêndoa), cana de açúcar, laranja, manga, raiz de mandioca, sorgo, trigo e triticale.

A decisão está na Portaria nº 1, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), publicada no Diário Oficial da União (DOU) da última segunda-feira (11/01). A regra vale para operações e parcelas de crédito rural com vencimento no período de 10 de janeiro a 9 de fevereiro deste ano. Ficam contemplados os empreendedores familiares rurais que acessaram as linhas de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Segundo a portaria, os bônus concedidos foram calculados em cima dos preços praticados em dezembro de 2015. Os 11 produtos beneficiados tiveram o valor de mercado abaixo do preço de garantia (definido com base no custo de produção) previsto no PGPAF. A laranja, por exemplo, terá desconto de 32,31% na Bahia. Os percentuais de dedução para o babaçu são de 52,21% em Tocantins, 53,82% no Ceará, 47,39% no Maranhão e 34,94% no Piauí.

Segundo o assessor técnico da Comissão Nacional dos Empreendedores Familiares Rurais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Jonas Jochims, o PGPAF é uma política pública que também atende produtores rurais associados aos sindicatos rurais.

O bônus é calculado mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e divulgado pela Secretaria da Agricultura Familiar do MDA. A Conab faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF.

Sobre o PGPAF

Beneficiários - Mutuários de operações de crédito de custeio e investimento, no âmbito do PRONAF.

Preço de Garantia - Tem por base o custo variável das propriedades, incluindo a remuneração de mão-de-obra familiar, a gestão da unidade de produção, os custos dos insumos e os serviços. A vigência vale durante um ano e a abrangência é regional.

Bônus - É a diferença percentual entre o preço de garantia e o preço de mercado. É concedido quando o preço de mercado é inferior ao preço de garantia.

Limite - O valor máximo é de R\$ 7.000,00 por beneficiário a cada ano agrícola. Os limites do PGPAF para operações de custeio podem atingir R\$ 5 mil. No caso dos bônus para operações de investimento, o desconto máximo é de R\$ 2 mil.

Cai o ritmo da demanda por crédito na atual safra. Cristiano Zaia - Valor Econômico, Agronegócios. 15/01/2016.

Seis meses após o lançamento do Plano Safra 2015/16, com R\$ 187,7 bilhões em recursos disponibilizados para o crédito rural, a expectativa do Ministério da Agricultura é de que não haja demanda, por parte dos produtores rurais do país, para todo o montante previsto. Isso porque as contratações totais de financiamento pelo agronegócio até agora mostram um ritmo menor.

Nos seis primeiros meses da atual temporada 2015/16, entre julho e dezembro, os desembolsos para a agricultura empresarial atingiram R\$ 76,5 bilhões, ligeira alta sobre os R\$ 76,3 bilhões de igual período de um ano antes. O montante desembolsado equivale a 40,7% de todo o recurso programado para a atual safra, que se encerra em junho deste ano. No mesmo período do ciclo anterior, 2014/15, os produtores já haviam tomado 49% dos R\$ 156,1 bilhões destinados naquela safra.

Enquanto os desembolsos para o custeio agrícola cresceram 20,6% para R\$ 51,2 bilhões na primeira metade da atual safra - só os bancos públicos emprestaram R\$ 35 bilhões -, o crédito para investimento seguiu a tendência de queda ao longo de todo o atual ciclo e caiu 40%, para R\$ 13 bilhões.

Quando se incluem os agricultores familiares entre todos os tomadores de crédito rural, as contratações globais recuaram 2% para R\$ 89,5 bilhões, entre julho e dezembro do ano passado.

Por outro lado, os empréstimos para custeio tomados com juros livres, grande aposta do governo para incrementar a oferta de crédito no Plano Safra 2015/16, também aumentaram, mas num ritmo menor do que o projetado pelo ministério: o montante contratado cresceu 43,4% para R\$ 7,7 bilhões, o que corresponde a 15% do inicialmente previsto para todo o plano. Em 2014/15, na mesma época, esses desembolsos haviam consumido 23% do programado.

"Nosso ponto de preocupação são os recursos livres. No Plano Safra 2015/16 colocamos R\$ 30 bilhões para custeio com recursos a juros livres, mas foram contratados apenas R\$ 1,5 bilhão pelos bancos privados até dezembro, por exemplo. Então dificilmente haverá demanda pelos R\$ 30 bilhões", afirmou ontem o ministro interino da Agricultura, André Nassar. "Então, ao final da safra, não vamos ter R\$ 187,7 bilhões de desembolso", completou.

Quando desenhou o atual Plano Safra, o ministério anunciou um aumento de 20% no volume total de recursos comparados a 2014/15, apostando nos recursos a juros livres, que não contam com subsídio do governo e são mais caros, pois contêm taxas acima da Selic, taxa básica de juros, que está em 14,25% ao ano. Esses financiamentos tinham como base as chamadas Letras de Crédito Agrícola (LCA), títulos financeiros que a partir de 2015/16 tiveram que ser direcionados em parte para o crédito rural, conforme norma do governo.

Contudo, até dezembro, as contratações de crédito com base em LCAs somaram apenas R\$ 1,8 bilhão. Para Nassar, os bancos privados, que trabalham mais com esses recursos, ainda não se adaptaram totalmente às novas regras. "Mas o crescimento do crédito para custeio mostra que a agricultura não perdeu a confiança", disse o ministro interino.

Inclusão socioprodutiva fortalece o campo. Tássia Navarro. 15/01/2016.

As melhorias ocorridas no meio rural brasileiro, nas últimas décadas, são crescentes. Isso, graças ao olhar estratégico das políticas públicas que passaram a tratar mais da inclusão socioprodutiva. O diretor do Departamento de Inclusão Socioprodutiva (Disop) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Danilo de Siqueira Campos, explica como o ministério trabalha a inclusão socioprodutiva por meio da abordagem territorial, por meio do Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais (Proinf).

Como o MDA trabalha a inclusão socioprodutiva?

Nós concretizamos a inclusão socioprodutiva na Secretaria de Desenvolvimento Territorial no MDA por meio do Proinf, que é o programa de apoio a infra estrutura e serviços nos territórios rurais. Hoje, ele é colocado de uma maneira didática porque os

recursos são limitados, porém, são colocados de forma bem participativa. O colegiado territorial precisa se reunir e descobrir um modelo de investimento que sirva para todo o território, depois faz uma proposta e nos manda para que possamos estudá-la e deferi-la no sentido de ajudar no seu desenvolvimento. Esse é o grande cerne do Proinf, ele é um programa diferenciado porque é pensado e executado de forma participativa e visa o desenvolvimento territorial através da Agricultura Familiar em toda a sua cadeia.

Como o agricultor pode participar do Proinf?

O Proinf é um programa implantado de forma e para atender o coletivo. A sociedade civil e o poder público local, através do Colegiado Territorial decide qual investimento é importante para o desenvolvimento daquele território, sob o olhar do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e apresenta uma proposta a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do MDA. Os envolvidos trabalham para desenvolver a cadeia produtiva daquele território, então tudo que for solicitado por meio do Proinf tem que ser para alavancar aquele tipo de produção. Como o Proinf trabalha com Territórios Rurais ele vai estruturando, ao longo dos anos, a cadeia produtiva. Por exemplo, primeiro o território pede uma agroindústria de processamento de um produto da agricultura familiar, num segundo momento ele vai pedir um caminhão para transportar aquele produto, depois outro item para melhorar a comercialização. É por isso que no início tem que ser feito o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, porque através dele os investimentos e serviços devem retratar as necessidades do território para o seu desenvolvimento, fomentando e alavancando um arranjo produtivo existente.

O que o agricultor pode financiar por meio desse Programa?

O Proinf atende demandas exclusivamente de recursos de capital. Financia implementos, equipamentos, veículos. Apoia a realização de obras e adequação de espaços que são utilizados para comercialização e armazenamento de produtos da agricultura familiar. Também é possível financiar a estruturação de serviços públicos para inspeção sanitária dos produtos dos agricultores. Todo ano nós vamos reestruturando o Proinf, porque lá no início financiou-se muitas agroindústrias, hoje, nós financiamos itens da cadeia da agroindústria, na área da logística, transporte, comercialização, estrutura de feiras. Vamos nos adequando às necessidades dos agricultores familiares dos territórios. Estamos elaborando, por exemplo, um Proinf Extrativista. O programa deve acompanhar as especificidades de cada região, público

alvo, bioma, etc. Um modelo de investimento para a Região Sul pode não ser o mesmo para a Região Norte, pois as realidades são diferentes. Outro fator importante é sempre alavancar um arranjo produtivo existente. Se há uma cadeia produtiva do leite e derivados no local, devemos estruturá-la, fomentá-la, alavancá-la e não inventar outro arranjo produtivo, porque aí não vai dar certo.

Qual é a contrapartida do território?

Geralmente a contrapartida do Proinf varia de 1 a 10% do valor financiado, que normalmente é pago pela entidade proponente do projeto. O mais importante é colocar o financiamento de forma que ele dê resultado, seja sustentável e possa desenvolver mesmo o Território Rural. Por isso é importante que os Colegiados Territoriais olhem com bastante sensibilidade aquilo que estão solicitando para que realmente faça parte do arranjo produtivo local e possa desenvolver o território.

Como o ministério acompanha o funcionamento do Proinf?

Nós temos uma interação com a Universidade, através dos Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDETS). Na sua estrutura há a figura do Assessor Territorial de Inclusão Produtiva (Atip) que apoia os Colegiados e nos dá retorno de suas ações. Temos também a Rede de Colegiados, que representa os Colegiados nos Estados e os próprios Colegiados Territoriais que nos ajudam a medir as políticas e corrigir rumos se for necessário. Essa rede participativa também nos ajuda a detectar novas demandas nos territórios. É importante dizer ainda que toda essa estrutura serve para apoiar o Território, pois o protagonista é o Colegiado Territorial, que representa o povo daquele território, que é o objeto primordial da política pública. A função nossa e dessa rede é de apoiar o exercício da cidadania, o empoderamento social e o desenvolvimento do território.

Pelo fortalecimento da juventude rural. Flávia Dias. Site do MDA, 18/01/2016.

Com o objetivo de incentivar a permanência da juventude no campo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2015, investiu em políticas públicas que começam a ser executadas este ano.

Por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), específica para a juventude rural, serão investidos R\$ 110 milhões na realização de atividades individuais e

coletivas que promovam a agroecologia, a sucessão rural e o fortalecimento da agricultura familiar, por meio da inclusão produtiva, da geração de renda e do acesso às políticas públicas.

A Ater tem duração de três anos e está na fase de contratação das entidades que qualificarão, este ano, os jovens. Conforme a Assessora de Juventude do MDA, Luiza Dulci, a Ater para esse segmento foi um passo muito importante e tem como objetivo atingir mais de 22 mil jovens no campo. “Esses jovens receberão recursos específicos, além do percentual de 25% reservados para a juventude dentro do Ater de outros grupos”, salienta.

Além disso, Luiza Dulci destaca que a juventude rural também receberá incentivo financeiro da Fundação Banco do Brasil (FBB). “Em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 2015, a FBB lançou um projeto de apoio à estruturação de empreendimentos econômicos coletivos da juventude, que tem previsão de início este ano. A estimativa é que sejam investidos R\$ 8 milhões em recursos não reembolsáveis”, explica Dulci ao salientar que o MDA participou da elaboração do edital do projeto.

Plano de Juventude e Meio Ambiente

Outra iniciativa importante em 2015, foi a aprovação do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA), instituído pela **Portaria Interministerial nº 390 (11/2015)**, do qual o MDA é parceiro na execução.

“A construção do Plano foi discutida pela juventude brasileira, durante as três Conferências Infante-Juvenis pelo Meio Ambiente e das duas primeiras Conferências Nacionais de Juventude. O anúncio ocorreu na 3ª Conferência Nacional de Juventude, em Brasília, que reuniu mais de dois mil jovens”, ressalta Luiza Dulci.

Durante a Conferência, a juventude rural conseguiu aprovar propostas prioritárias para os jovens brasileiros, como a ampliação e aceleração do processo de Reforma Agrária e regularização fundiária e o reconhecimento e demarcação de terras de povos e comunidades tradicionais, em especial das terras indígenas e quilombolas.

“O ano de 2015 foi de grandes conquistas para os jovens do campo. A Assessoria da Juventude ganhou uma equipe de servidores cuja tarefa é articular e potencializar as políticas públicas para a juventude rural. O nosso desafio é reduzir o êxodo rural da juventude, por meio da geração de renda e da qualidade de vida nos espaços da

agricultura familiar e da reforma agrária”, observa Dulci ao afirmar que este é o objetivo almejado por todas as áreas do MDA.

Mais 80 mil agricultores têm direito ao Garantia-Safra. Site do MDA,18/01/2016.

Mais de 80 mil agricultores familiares de 99 municípios do Nordeste passarão a receber o benefício do Garantia-Safra, neste mês de janeiro, referente à safra 2014/2015. A medida está na **portaria** publicada nesta segunda-feira (18), no Diário Oficial da União (DOU).

No total, em janeiro, foram destinados aproximadamente R\$ 138 milhões para o pagamento do Garantia-Safra a 811.244 agricultores familiares de 818 municípios dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

O benefício é pago em cinco parcelas de R\$ 170 cada, totalizando R\$ 850 por agricultor. Os pagamentos seguem as mesmas datas definidas pelo calendário de benefícios sociais da Caixa Econômica Federal. A cada mês uma nova portaria é publicada incluindo novos beneficiários.

Como aderir

O agricultor deve verificar se sua cidade participa do Garantia-Safra. Para isso, o município deve assinar o Termo de Adesão com o governo estadual e definir a quantidade de agricultores que vão participar.

Para se inscrever, o agricultor deve procurar o escritório local de assistência técnica ou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município para fazer a inscrição. É preciso ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. Depois, deve procurar a prefeitura para receber um boleto e fazer a adesão ao Garantia-Safra. O pagamento do boleto deve ser feito em uma agência da Caixa Econômica Federal ou correspondente bancário, dentro do prazo definido para o município. A adesão deve ser realizada antes do plantio.

Quem tem direito

Podem participar do Garantia-Safra agricultores familiares, com renda familiar mensal de, até, um salário mínimo e meio, com área total a ser plantada de, no mínimo, 0,6 hectare e, no máximo, cinco hectares.

Têm direito a receber o pagamento agricultores aderidos de municípios com perda comprovada de, pelo menos, 50% do conjunto da produção de feijão, milho, arroz, mandioca e algodão.

O benefício do Garantia-Safra é pago com recursos do Fundo Garantia-Safra, composto por contribuições do agricultor, do município, do estado e da União.

Fique atento ao novo prazo para a formalização das renegociações do Crédito Fundiário. Livia Barreto – Site da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura. 21/01/2016

Se você ainda não conseguiu concluir a formalização da renegociação de contratos do Programa de Crédito Fundiário (PNCF), a informação é boa: a data limite para a entrega de documentação ao agente financeiro foi estendida para o dia 30 de junho de 2016.

A nova data é concedida para os contratados ao amparo do Fundo de Terras e da reforma agrária, inclusive as operações do Programa Cédula da Terra contratadas no âmbito do Acordo de Empréstimo 4.147-BR.

Além disso, novos prazos foram aprovados para aqueles que pagaram os 5% de amortização do valor da última parcela vencida, efetuado até o dia 29/08/2014. É importante procurar o agente financeiro ou o sindicato de seu município para tirar dúvidas e pedir mais informações.

A CONTAG representa mais de seis mil famílias das mais de 20 mil que se encontram nessa situação. “É preciso lembrá-las da importância de reunir todos os documentos com tranquilidade, mas não deixar para a última hora. O prazo é longo, mas deixar para depois pode trazer mais preocupação. Além disso, a CONTAG está buscando soluções para aquelas famílias que ainda não conseguiram, por algum motivo, regularizar suas dívidas”, alerta o secretário de Política Agrária da CONTAG, Zenildo Xavier.

Quem não renegociar suas dívidas ficará impedido de acessar políticas públicas que promovem o desenvolvimento das propriedades e a melhoria da qualidade de vida, como todas as linhas de crédito do PRONAF, Habitação Rural, e Assistência Técnica que dependa de crédito, por exemplo.

A decisão de estender o prazo foi tomada em dezembro de 2015, quando o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a Resolução nº 4.450 - que estabelece o novo prazo para a formalização das renegociações de contratos do PNCF e Banco da Terra.

CNA debate propostas para questão de endividamento dos produtores da região da SUDENE. CNA. 28/01/2016.

Brasília (28/01/2016) – A Comissão da Região Nordeste do Brasil, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), presidida pelo presidente da Federação da Agricultura e Pecuário do Rio Grande do Norte, José Vieira, se reuniu, na terça-feira, (26/01), na sede da CNA, em Brasília, com o objetivo principal de discutir melhorias para a Medida Provisória 707/2015. Nela, o Governo Federal suspende, até 31 de dezembro deste ano, a inclusão de novos contratos inadimplentes de crédito rural na Dívida Ativa da União (DAU) e também o encaminhamento para cobrança judicial das dívidas rurais de operações contratadas por produtores com empreendimentos localizados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que compreende, além dos estados nordestinos, Minas Gerais e Espírito Santo.

A MP 707 é resultado do trabalho liderado pelo presidente da CNA, João Martins, juntamente com as Federações de Agricultura e Pecuária do Nordeste e as Superintendências Técnica e de Relações Institucionais da entidade. Como a MP beneficiou uma parcela de produtores rurais, a CNA vai reforçar a importância das demais medidas já pleiteadas anteriormente, junto ao Governo Federal. Com isso, a entidade busca solução definitiva dos passivos rurais para fortalecer a economia do Nordeste.

Para o presidente da CNA, que participou da reunião por videoconferência, a Medida Provisória representa uma grande ferramenta na busca de soluções para os problemas de endividamento dos produtores com empreendimentos rurais na área de atuação da SUDENE. De acordo com João Martins, as propostas representam as melhores soluções para o problema do endividamento dos produtores da região, causado pelas frequentes secas. A Comissão pretende manter reuniões mensais.

Participaram da reunião o presidente da CNA, João Martins; o vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia, Humberto Miranda; os presidentes de federações de agricultura pecuárias dos estados: da Paraíba, Mário Borba; do Rio Grande do Norte, José Vieira; de Alagoas, Álvaro Almeida; do Ceará, Flávio Saboya; do Maranhã, Raimundo Coelho; do Espírito Santo, Júlio Rocha; além da coordenadora da Assessoria Técnica da federação de Minas Gerais, Aline Veloso, e do superintendente Técnico da CNA, Bruno Lucchi, da assessora técnica da Comissão Nacional de Política Agrícola, Fernanda Schwantes, dos assessores técnicos da Comissão do Nordeste, Joaci Medeiros e Edvaldo Brito, e de Relações Institucionais da CNA, Zoraide Reis.

Presidente da CNA defende Planos Agrícolas Plurianuais para dar mais segurança ao produtor. CNA. 29/01/2016.

Brasília (29/01/2016) - O presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, participou nesta quinta-feira, (28/01), da retomada das atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no Palácio do Planalto. Antes do encontro, numa rápida conversa com os jornalistas, ele defendeu uma "melhora da previsibilidade para o segmento".

Segundo o presidente da CNA, para que isso ocorra será importante a adoção de planos agrícola plurianuais - e não anuais como ocorre atualmente - , de forma que o produtor trabalhe com menos incertezas pensando sobre áreas estratégicas. Ele citou como exemplo o crédito e o seguro rural.

O setor agropecuário brasileiro tem conseguido índices positivos de crescimento. Em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária deverá crescer 2,4%, contra uma retração de quase 3% da economia como um todo, de acordo com números recentes da CNA.

Este foi o primeiro encontro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em 2016, depois de um ano e meio. O Ministro Chefe da Casa Civil, Jacques Wagner, que abriu os trabalhos, informou que a “agenda de debates com a sociedade civil foi reaberta e os encontros se darão a cada quatro meses”.

CONTAG e Federações nordestinas participam de encontro sobre o SICAR. Livia Barreto - Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. 29/01/2016

Conhecer melhor e trocar experiências sobre estrutura e uso do aplicativo Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR): esse foi o principal objetivo do encontro do qual participaram a Secretaria de Política Agrícola da CONTAG e representantes das Federações dos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba nos dias 28 e 29 de janeiro, em Brasília.

O encontro foi realizado para todas as entidades contratadas com objetivo de realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) na Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais em Municípios Prioritários do Semiárido Nordestino - conforme Edital FNDF/SFB/MMA nº 01/2015.

A CONTAG e Federações apresentaram propostas para atuar nos estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Outras entidades parceiras do Movimento Sindical, também, foram eleitas pelo referido edital para atuar no CAR na região do semiárido, nos estados já citados e também no Rio Grande do Norte: OACSAL, FUNETEC, IDEC E ECOTERRA.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é o registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais dos imóveis rurais e posses. Um dos objetivos é compor uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. O prazo de execução dos projetos é de oito meses a partir da data de assinatura do instrumento de repasse, mas tendo como data-limite o dia 5 de maio de 2016, prazo máximo para a realização do cadastramento, conforme estabelece a legislação.

Os projetos selecionados pelo edital citado acima deverão ser desenvolvidos para imóveis rurais da agricultura familiar, incluindo assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF/MDA); e/ou povos e comunidades tradicionais cujas áreas não estejam tituladas. Os projetos devem abranger municípios localizados no semiárido brasileiro.

Presidente da CONTAG defende mais investimentos na Agricultura Familiar em reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Livia Barreto – Site da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura. 29/01/2016

Em um importante momento de fortalecimento do diálogo entre a sociedade civil e o governo federal, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social reuniu-se ontem (28) em Brasília. Formado por 92 integrantes - entre dirigentes sindicais, empresários e representantes de diversas áreas sociais e econômicas - o Conselho foi criado em maio de 2003 com o objetivo de “assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, e apreciar propostas de políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas na articulação das relações de governo com representantes da sociedade”, de acordo com o site oficial da instituição.

A reunião realizada ontem é a primeira desde julho de 2014 e indica a retomada da interlocução entre a presidente da República, Dilma Rousseff, e a sociedade civil depois de um ano de muita turbulência nas áreas política e econômica. O presidente da CONTAG, Alberto Broch foi um dos oito conselheiros apontados para fazer pronunciamento nesta reunião. Ele foi firme ao indicar que ainda há muito a ser feito para que os direitos da população do campo, da floresta e das águas sejam efetivamente garantidos.

“Não podemos admitir retrocesso na nossa trajetória de desenvolvimento. É preciso superar esta crise urgentemente num esforço conjunto do Estado com a sociedade brasileira. O Brasil com seu povo unido é muito maior que do que a crise presente. Podemos superá-la com vontade e capacidade política para construir um novo Pacto de Governabilidade, envolvendo os poderes de Estado, sobretudo, do Governo e do Parlamento com os diversos setores da sociedade brasileira”, afirmou Alberto Broch.

Para o presidente da CONTAG, é preciso avançar no fortalecimento do nosso sistema produtivo, dar condições para que as famílias que lá estão consigam investir, produzir e prosperar no campo brasileiro.

A crise política e econômica afeta e compromete as limitadas políticas públicas para o campo e ameaçam o presente e o futuro das famílias que lá estão. “Reconhecemos e valorizamos o esforço dos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma na construção de políticas públicas diferenciadas. Porém é preciso afirmar que elas não foram ajustadas e nem ampliadas para atender as demandas atuais. Por isso, elas são insuficientes e atendem a apenas um terço do universo dos agricultores familiares que demandam por políticas do Estado”, declarou.

Broch salientou que os recursos para a pesquisa e a geração de tecnologias para a agricultura familiar é insignificante e o que é destinado para a assistência técnica que não consegue atender a 10% do universo dos agricultores. Os juros altos estão inibindo a tomada de crédito de custeio, investimento, resultando na redução da área de plantio. E os recursos para comercialização da produção por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) não atendem à 5% dos(as) agricultores(as) familiares.

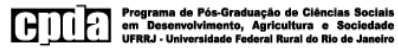
“Ou seja, temos instrumentos e políticas, porém estão limitados e comprometem o potencial que a agricultura familiar tem de aumentar a produção e a oferta de alimentos para o país. Se este quadro persistir, a consequência será a redução da produção e da oferta de alimento, cujo preço será sentido no bolso dos brasileiros com o aumento da inflação. É preciso que o Governo mude urgentemente este quadro. É preciso ajustar e ampliar o alcance das políticas públicas existentes”, reforçou o presidente da CONTAG.

De acordo com o ministro da Casa Civil, Jacques Wagner, a próxima reunião do Conselho será realizada em abril. O ministro afirmou que existe a previsão de que sejam realizadas quatro reuniões em 2016. Se pronunciaram ainda a presidente Dilma Rousseff, o presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco e os ministros da Agricultura, Kátia Abreu, da Fazenda, Nelson Barbosa, e do Desenvolvimento, Armando Monteiro, além do ministro do Planejamento, Valdir Simão, e o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini e outros sete conselheiros.

Coordenador
Sergio Leite



Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Secretária
Diva de Faria